



ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ - AESP|CE
COORDENADORIA DE ENSINO E INSTRUÇÃO – COENI
CÉLULA DE PÓS-GRADUAÇÃO - CEPOS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA
SEGURANÇA PÚBLICA (CEGPR)

FORTALEZA – CE
2024

ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ – AESP|CE

Leonardo D’Almeida Couto Barreto
Diretoria-Geral da AESP|CE

Jamille dos Santos Moura
Diretoria de Planejamento e Gestão Interna da AESP|CE

Evandro Queiroz de Assunção
Coordenadoria de Ensino e Instrução da AESP|CE

Ciro de Assis Lacerda
Coordenadoria Acadêmica Pedagógica da AESP|CE

Ana Paula Silva Santos Barroso
Célula de Pós-Graduação da AESP|CE

Paulo Ramon Rodrigues Tavares
Núcleo de Pesquisa e Extensão

Amanda Egídio Miranda de Oliveira
Secretaria Acadêmica da AESP|CE

Joelson Pimentel da Silva
Formatação

Fortaleza / CE
2024

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL	4
1.1 Instituição	4
1.2 Nível	4
1.3 Nome	4
1.4 Área de conhecimento	4
1.5 Carga horária total	4
1.6 Público-alvo	5
1.7 Modalidade de ensino	5
1.8 Setor responsável pela execução do curso	6
1.9 Local de realização das aulas e das demais atividades pedagógicas	6
1.10 Período e periodicidade do curso	6
1.11 Infraestrutura física e tecnológica	6
1.12. Certificação	7
1.13 Avaliação do curso e dos docentes	8
1.14 Processo seletivo, critérios de seleção e requisitos para o ingresso no CEGPR	8
1.15 Das vagas	9
2. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA	9
3. OBJETIVOS	12
3.1 Objetivo Geral	12
3.2 Objetivos Específicos	12
4. DESCRIÇÃO DO PERFIL E DAS COMPETÊNCIAS DO EGRESSO	13
5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	14
6. MATRIZ CURRICULAR	15
7. SISTEMATIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	17
7.1. Metodologia de Ensino	17
7.2 Sistema de avaliação e frequência	18
7.3 Será considerado APROVADO o discente que:	19
7.4 Será considerado REPROVADO o aluno que:	19
7.5 Será DESLIGADO do curso o aluno que:	19
7.6 Da produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e sua apresentação pública	20
7.7 Aproveitamento de componente curricular	22
7.8 Avaliação do curso e do corpo docente	22
8. EMENTÁRIO	24

PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA (CEGPR)

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL

1.1 Instituição

Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE).

1.2 Nível

Pós-graduação lato sensu.

1.3 Nome

Curso de Especialização em Gestão para Resultados no Âmbito da Segurança Pública (CEGPR).

1.4 Área de conhecimento

Segurança Pública, Defesa Civil, Cidadania e Direitos Fundamentais da Pessoa Humana (Parecer Nº 0483/2019 do Conselho Estadual de Educação do Ceará - CEE/CE, de 21 de outubro de 2019).

1.5 Carga horária total

408 horas-aula (Disciplinas Obrigatórias: 360 horas-aula; Produção e apresentação do TCC: 40 horas; Atividades complementares e extracurriculares: 08 h/a).

1.6 Público-alvo

Servidores públicos efetivos e em atividade, integrantes dos órgãos vinculados à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS/CE), portadores de diploma de graduação, tecnólogo ou licenciatura emitido por Instituição de Ensino Superior reconhecida por órgão de educação competente, que tenham sido aprovados no processo seletivo respectivo, promovido pela Aesp|CE, dentro do número de vagas e que atendam às condições e demais requisitos necessários, nos termos do EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA - PROCESSO SELETIVO DE CANDIDATOS AO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA (CEGPR) confeccionado por uma comissão designada pela Direção-Geral da AESP/CE e nos demais normativos pertinentes e, ainda, que não estejam de licença, afastados ou respondendo a procedimento administrativo disciplinar, policial e/ou a processo criminal.

Instrumentos de colaboração, tais como Termos de Cooperação Técnica, poderão ampliar os critérios do público-alvo especificados acima.

1.7 Modalidade de ensino

O curso será desenvolvido no formato presencial, desde que não sobrevenha disposição regulamentar contrária, decretada pelo Poder Executivo estadual e/ou pelos órgãos de educação competentes (Resoluções do CEE/CE). Nos termos do art. 18 da Resolução Nº 470/2018 do CEE/CE, Plano de Ação Educacional do Curso definirá as disciplinas que poderão compor a modalidade de Ensino à Distância, obedecendo um limite de 20% da carga horária total.

1.7.1 Especificações gerais sobre o regime de ensino híbrido

As ações educacionais à distância (não presenciais) serão realizadas por meio da plataforma digital Google Meet, cujos links de acesso às aulas serão disponibilizados no Ambiente Virtual de aprendizagem (AVA moodle) da Aesp|CE. As aulas não poderão ser desenvolvidas por outras plataformas ou por links distintos dos disponibilizados pela Aesp|CE.

1.7.2 Natureza do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Artigo Científico (produção e apresentação do TCC conforme as regras dispostas em instrumento de normatização de Trabalhos Acadêmicos da Aesp|CE divulgado pela Célula de Pós-Graduação e/ou regras da ABNT vigentes).

1.8 Setor responsável pela execução do curso

Célula de Pós-graduação (Cepos) da Aesp|CE

1.9 Local de realização das aulas e das demais atividades pedagógicas

As ações educacionais presenciais do CEGPR serão desenvolvidas, em regra, na Aesp|CE, situada à Av. Costa e Silva, 1251, Mondubim, Fortaleza-CE. As ações educacionais de ensino à distância (não presenciais) serão realizadas por meio da plataforma digital Google Meet, cujos links de acesso às aulas serão disponibilizado no AVA do sistema moodle da Aesp|CE.

1.10 Período e periodicidade do curso

O curso está previsto para ter uma duração de 06 (seis) a 15 (quinze) meses, conforme Plano de Ação Educacional. As aulas acontecerão, em regra, de segunda a sexta-feira, no período noturno, das 18h10min às 21h50min, em semanas alternadas, podendo haver, eventualmente, aulas em semanas corridas, inclusive aos sábados e em outros turnos, de forma presencial, mediante aviso prévio da Célula de Pós-graduação (Cepos), quando necessário ao cumprimento da carga-horária do curso ou em virtude da implementação de alguma ação educacional ou, ainda, por deliberação da Direção-Geral da Aesp|CE.

1.11 Infraestrutura física e tecnológica

A Aesp|CE possui uma área total de 60 (sessenta) mil metros quadrados e conta com a seguinte infraestrutura física e tecnológica:

a) 33 (trinta e três) salas de aula, com mobiliário e suporte tecnológico adequados para desenvolvimento das atividades acadêmicas (desktops, projetor de imagem (data show), quadro branco, etc.);

- b) 02 (dois) auditórios;
- c) Biblioteca com 08 (oito) cabines de estudo individuais; 04 (quatro) terminais de consulta; 12 (doze) mesas de estudo coletivo com capacidade para 48 (quarenta e oito) pessoas; acervo físico com mais de 6 (seis) mil exemplares físicos; base de dados de livre acesso e repositórios digitais;
- d) Laboratório de informática dotado de 40 (quarenta) desktops e acessórios respectivos;
- e) Plataforma de educação a distância, ambiente virtual de aprendizagem e equipamentos específicos para a gravação de vídeos e aulas síncronas;
- f) Sala de reuniões;
- g) Sala de professores;
- h) Gráfica para uso interno;
- i) Ambulatório;
- j) Ginásio poliesportivo;
- k) Sala de arquivos físicos;
- l) 02 (dois) vestiários;
- m) Academia de musculação e ergometria;
- n) Campo de futebol e pista para corrida;
- o) Área de convivência e de alimentação (refeitório);
- p) Parque Aquático dotado de 02 (duas) piscinas;
- q) 03 (três) elevadores;
- r) Banheiros com acessibilidade;
- s) Estacionamentos.

1.12. Certificação

A certificação de especialista em Gestão para Resultados no Âmbito da Segurança Pública será emitida pela Secretaria Acadêmica da Aesp|CE, com o devido registro junto ao Conselho de Educação do Estado do Ceará (CEE/CE), aos discentes que cumprirem todos os requisitos estabelecidos neste Projeto Pedagógico, no Plano de Ação Educacional do Curso (PAE), na Resolução CEE/CE Nº 470/2018, no Parecer CEE/CE e nos demais normativos pertinentes. Portanto, farão jus aos certificados os discentes que obtiverem aproveitamento, segundo os critérios de avaliação previamente estabelecidos.

O discente deverá obter aprovação em todos os componentes curriculares (nota igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%), bem como, aprovação do TCC, mediante a atribuição de conceito satisfatório por banca examinadora. Além disso, o discente deverá realizar o depósito das

mídias contendo a versão final do TCC, após a análise de conformidade efetivada pela Cepos, devendo o trabalho estar em consonância com as solicitações formuladas pela banca examinadora, pelo orientador e pela Cepos.

1.13 Avaliação do curso e dos docentes

O curso em referência e o seu respectivo corpo docente, neste compreendido: professores; monitor(a) e coordenador(a), serão avaliados por intermédio de instrumentos de aferição específicos, preferencialmente nos moldes da denominada avaliação de desempenho 360 (trezentos e sessenta) graus, em que cada sujeito envolvido nas ações educacionais participam da avaliação. Os discentes, assim como os demais envolvidos no curso, além de avaliar, também serão avaliados.

Por meio dos supracitados instrumentos avaliativos visa-se propiciar a todos os participantes do processo ensino e aprendizagem os meios necessários para que estes ponderem sobre alguns aspectos pertinentes à atuação de cada um, de forma individualizada, e em conjunto, permitindo que todos avaliem a si mesmos, mediante autoavaliação, e avaliem os demais envolvidos.

Serão examinados, dentre outros aspectos, os seguintes: componente curriculares; métodos didático-pedagógicos utilizados; o desempenho dos docentes e dos discentes, bem como a respectiva interação entre estes no cenário educacional; a dinâmica do processo ensino e aprendizagem; os suportes de ensino, pesquisa e extensão oferecidos durante o curso; as condições de infraestrutura, física e tecnológica, da Aesp|CE; os serviços prestados e as atividades educacionais desenvolvidas.

Busca-se, ainda, a partir da análise dos indicadores encontrados, identificar possíveis falhas no processo ensino e aprendizagem e/ou detectar pontos de vulnerabilidades que podem ser aprimorados permitindo um fluxo contínuo de ajustes, potencialidades e melhorias na dinâmica do curso.

1.14 Processo seletivo, critérios de seleção e requisitos para o ingresso no CEGPR

O processo seletivo para o ingresso no Curso de Especialização em Gestão para Resultados no Âmbito da Segurança Pública (CEGPR), na área de conhecimento: Segurança Pública, Defesa Civil, Cidadania e Direitos Fundamentais da Pessoa Humana (Parecer CEE/CE Nº 0483/2019) será organizado por uma comissão indicada pela Direção-Geral da Aesp|CE, composta por professores mestres e doutores cadastrados no Banco de Talentos da Aesp|CE, participantes dos cursos de pós-graduação lato sensu (corpo docente) da supracitada instituição de ensino. O referido processo de seleção será regulamentado por edital público específico.

Poderão participar da seleção, servidores públicos efetivos e em atividade, integrantes dos órgãos vinculados à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS/CE), portadores de diploma de graduação, licenciatura ou tecnólogo emitido por Instituição de Ensino Superior (IES) reconhecida por órgão de educação competente, bem como servidores oriundos de outras secretarias mediante instrumento de cooperação firmado com a AESP|CE.

Para o ingresso no supracitado curso, os candidatos deverão ter obtido aprovação no processo seletivo promovido pela Aesp|CE, dentro do número de vagas e que atendam às condições necessárias, nos termos do edital respectivo e nos demais normativos pertinentes e, ainda, que não estejam de licença, afastados ou respondendo a procedimento administrativo disciplinar, policial e/ou a processo criminal.

1.15 Das vagas

35 (trinta e cinco) vagas destinadas a servidores públicos dos órgãos vinculados à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do estado do Ceará (SSPDS/CE), observando o que dispõe o item 1.6 deste documento.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

O Governo do estado do Ceará vem buscando, continuamente, alcançar um melhor padrão de eficiência, eficácia e efetividade das políticas, programas e projetos estaduais, visando à melhoria dos indicadores sociais, econômicos, ambientais e, em especial, da segurança pública. Nesse viés, o Poder Executivo cearense adotou o modelo de Gestão para Resultados (GpR) o qual foi regulamentado por meio do Decreto Nº 32.216, de 8 de maio de 2017.

O escopo foi implantar uma estrutura de governança, dentre os órgãos do estado, no intuito de conectar os processos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação com a pactuação anual dos compromissos efetivados por meio do Acordo de Resultados (AR) para o alcance dos resultados pactuados.

O modelo de GpR, em sua concepção original, ainda quando da sua elaboração pela consultoria Macroplan, estabeleceu, durante o segundo estágio de sua implementação (2019-2022), a difusão para outros órgãos governamentais, inclusive de outros Poderes. Nessa perspectiva, a formação de agentes da segurança pública e a qualificação dos processos de planejamento, orçamento, monitoramento e

avaliação, são componentes essenciais para o fortalecimento da cultura de gestão da política de segurança pública orientada para resultados.

Desde o ano de 2017, concomitante ao processo de implementação dos ARs, que teve como piloto a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS/CE) e suas vinculadas, à Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará (Seplag/CE), enquanto gestora do modelo, deflagrou várias iniciativas com o intuito de disseminar a cultura de resultados, tais como:

- Programa de Formação continuada em Gestão para Resultados (ProGpR), em parceria com a Escola de Gestão Pública do Ceará (EGPCE);
- Inserção de trainees de inovação em políticas públicas, em parceria com a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) e a organização da sociedade civil, Vetor Brasil;
- IntegraGpR, visando a disseminação do Modelo de GpR no governo estadual, nas prefeituras e para outros poderes, bem como, a integração para a sociedade civil; e
- Fortalecimento da Participação Cidadã, com o objetivo de aprimorar a gestão participativa no planejamento e monitoramento das políticas, planos e projetos, bem como, qualificar, diversificar e aumentar a participação cidadã; e
- Especialização em Gestão Pública para Resultados, também em parceria com a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESPCE) para a formação de profissionais da saúde.

Ressalte-se que, mesmo com a adoção dessas medidas sistemáticas, a disseminação da cultura orientada para os resultados apresenta diversos desafios no campo da segurança pública, seja em virtude das especificidades da área e da complexidade dos fenômenos envolvidos, seja por conta dos diferentes níveis de amadurecimento dos processos de gestão nos órgãos estaduais da segurança pública.

Para tanto, a formação de especialistas para a atuação nas áreas de gestão dos órgãos estaduais é uma das iniciativas que devem contribuir para o fortalecimento qualitativo do Sistema Estadual de Segurança Pública, da Rede Estadual de Planejamento e Orçamento (Renop/CE) para o desenvolvimento da governança pública orientada para resultados, com foco no planejamento, na ciência de dados, no desenvolvimento de pessoas, na transparência e controle social.

A Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), criada no âmbito da Administração Direta estadual, por meio da Lei Nº 14.629/2010 e alterada pela Lei Nº 15.809/2015, é um órgão vinculado à SSPDS/CE. Cabe à Aesp|CE, dentre outras atribuições, promover os cursos de

formação profissional e continuada, inclusive os de pós-graduação, pesquisa e extensão, dos agentes integrantes dos órgãos vinculados à referida Secretaria, quais sejam: Polícia Civil (PCCE); Polícia Militar (PMCE); Corpo de Bombeiros Militar (CBMCE) e Perícia Forense (Pefoce).

Conforme o art. 25, da Lei Nº 16.710/2018, que dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo e alterou a estrutura da administração estadual, compete à SSPDS/CE, dentre outras atribuições: zelar pela ordem pública e pela incolumidade das pessoas e do patrimônio, no que se refere às atividades de segurança pública, coordenando, controlando e integrando as ações dos órgãos do sistema de segurança pública e defesa social (CEARÁ, 2018).

Os órgãos vinculados à SSPDS/CE estão interligados pelo objetivo comum de proteger a pessoa humana, bem como, combater os atos atentatórios aos seus direitos, empregando as medidas legais apropriadas ao controle de danos físicos e patrimoniais, zelando pela paz social, defesa civil dispensando colaboração mútua à tutela dos pressupostos do Estado Democrático de Direito.

A missão da Aesp|CE, segundo o art. 2º, do Decreto Nº 33.438/2020, consiste em: desenvolver e executar, de modo exclusivo e integrado, a formação inicial, continuada, graduação e pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) dos agentes de segurança pública, de defesa civil e de instituições públicas conveniadas, com vistas a produzir e socializar o conhecimento científico e tecnológico, por intermédio do ensino, bem como da pesquisa e extensão (CEARÁ, 2020).

Ademais, é importante destacar que a Aesp|CE tem por visão: “Consolidar-se como instituição de ensino técnico e superior de referência nacional e internacional, no modelo de formação integrada dos profissionais de segurança pública, da defesa civil e de instituições públicas conveniadas.”

Neste contexto, acreditando que a gestão para resultados pode transformar o modo de fazer políticas públicas, a realização do curso em referência justifica-se, sobretudo, por conta da necessidade de atender às demandas e particularidades do sistema de segurança pública, que, para um funcionamento mais efetivo, eficaz e eficiente, precisa de profissionais qualificados e especializados no campo do saber que envolve a área de gestão no âmbito da segurança pública.

Ressalte-se que, compete à Célula de Pós-graduação (Cepos), o planejamento e a execução do curso em referência, o qual será supervisionado pela Coordenadoria de Ensino e Instrução (Coeni) e auxiliado pelos demais setores estratégicos da Aesp|CE. Busca-se, dentre outros propósitos, qualificar os referidos profissionais, inclusive os de Defesa Civil, para o exercício de atribuições funcionais em cargos de gestão, comando e/ou direção dos órgãos vinculados à SSPDS/CE.

A Cepos foi criada por meio do Decreto Nº 32.956, de 13 de fevereiro de 2019, que alterou a estrutura organizacional e dispôs sobre a distribuição e a denominação dos cargos de provimentos em

comissão da Aesp|CE. As competências da Cepos foram regulamentadas pelo Decreto Nº 34.768, de 26 de maio de 2022.

Com efeito, por meio do CEGPR, a Aesp|CE intenta viabilizar a produção de conhecimento e contribuir para a disseminação de investigações científicas padronizadas, dotadas de qualidade, primazia e confiabilidade, cujo foco volta-se para o estudo de problemáticas que envolvem, direta ou indiretamente, as áreas da Segurança Pública, Defesa Civil, Cidadania e Direitos Fundamentais da Pessoa Humana.

Espera-se que o CEGPR propicie o aprimoramento das competências cognitivas, operativas e atitudinais dos discentes do curso em alusão, com foco no modelo de GpR, com vistas a potencializar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade das políticas, programas e projetos da SSPDS/CE e suas respectivas vinculadas, otimizando, assim, a prestação do serviço de segurança pública e da gestão integrada dos riscos e desastres. Espera-se, ainda, melhorar os indicadores de segurança pública integrada com a sociedade e fortalecer o modelo de GpR do estado do Ceará.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Promover estratégias integradas voltadas à qualificação profissional, formação especializada e aprimoramento das competências cognitivas, operativas e atitudinais de servidores públicos pertencentes aos órgãos vinculados à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS/CE), com foco no modelo de Gestão para Resultados (GpR), adotado pelo Poder Executivo cearense, com vistas a tornar a prestação do serviço público mais eficiente, eficaz e efetiva.

3.2 Objetivos Específicos

- Proporcionar aos discentes do curso um aporte teórico e prático referente aos aspectos gerenciais, organizacionais, estruturais, institucionais e metodológicos que envolvem o modelo de Gestão para Resultados da Administração Pública do estado do Ceará, com ênfase na segurança pública;
- Desenvolver o conhecimento técnico-científico e do saber de natureza profissional e facilitar o processo ensino e aprendizagem relacionado às perspectivas teórico-conceituais, principiológicas, legais, sociais e políticas da Gestão para Resultados;

- Contribuir para o fortalecimento do modelo de gestão pública para resultados por meio da formação de especialistas para a atuação nas áreas que compõem o Sistema Estadual de Planejamento e Orçamento cearense, no âmbito da Segurança Pública;
- Criar espaços de integração, cooperação, articulação, troca de experiências e informações, envolvendo os agentes dos diferentes órgãos vinculados à SSPDS/CE;
- Capacitar servidores públicos integrantes do sistema de segurança pública para a implementação do Ciclo de Gestão Estratégica do Governo do Ceará.

4. DESCRIÇÃO DO PERFIL E DAS COMPETÊNCIAS DO EGRESSO

Espera-se que, ao final, o profissional egresso do CEGPR seja capaz de:

- a) Planejar e desenvolver projetos na área de segurança pública, com definição clara de indicadores e metas, associados às estratégias do governo para o alcance de resultados específicos;
- b) Elaborar projetos de segurança pública de longo, médio e curto prazos, com visão integrada voltada ao fortalecimento do modelo de GpR;
- c) Coordenar atividades e ações estratégicas baseadas no modelo de GpR;
- d) Compreender as bases teórico-conceituais, principiológicas, legais e práticas da gestão de segurança pública, bem como saber empregar as corretas ferramentas e respectivos métodos para o alcance de resultados esperados;
- e) Exercer suas atividades funcionais de modo estratégico e inovador, norteado por uma visão prospectiva, de forma a antever cenários e empreender ações preditivas para alcançar resultados eficientes, eficazes e efetivos na prestação do serviço de segurança pública;
- f) Construir a Programação Orçamentária Anual e a Programação Operativa Anual Setorial, integradas ao planejamento para a execução das estratégias definidas;
- g) Formar equipes alinhadas com as diretrizes governamentais do estado do Ceará, mobilizando competências para a disseminação da cultura de GpR na segurança pública e viabilizar o consenso de ideias de forma ética e argumentativa;
- h) Aplicar modelagem de processos nas áreas de atuação da segurança pública, embasados na gestão para resultados;
- i) Utilizar metodologias de monitoramento e avaliação de programas e projetos, orientadas para resultados;
- j) Desempenhar suas atribuições funcionais com base nas competências cognitivas, operativas e atitudinais, aprimoradas no curso, possibilitando uma maior assertividade na tomada de decisão;

k) Usar as ferramentas tecnológicas de informação e comunicação voltadas à GpR na segurança pública, em prol de uma maior efetividade na execução do seu trabalho;

l) Reconhecer os fundamentos, metodologias e técnicas de análise na produção do conhecimento científico, assimilando as diversas fases de produção e desenvolvimento de pesquisas científicas e trabalhos acadêmicos;

m) Compreender o papel institucional e estratégico dos órgãos estruturais do sistema de segurança pública e saber trabalhar de forma integrada e cooperativa com os demais agentes das diferentes vinculadas;

n) Usar os instrumentos de GpR nos diversos setores da corporação, possibilitando o alinhamento da prática corporativa à uma visão crítica e construtiva frente às novas tendências nas organizações e à governança digital.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A proposta do curso encontra-se em conformidade com os seguintes documentos:

a) Lei Federal Nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

b) Lei Estadual Nº 13.729/2006 - Estatuto dos Militares Estaduais do estado do Ceará;

c) Lei Estadual Nº 14.629/2010 - Dispõe sobre a criação da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE);

d) Lei Estadual Nº 15.191/2012 - Dispõe sobre a unificação do ensino no Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do estado do Ceará e dá outras providências;

e) Parecer do Conselho Estadual de Educação (CEE/CE) Nº 1757/2013 - Credencia a Aesp|CE para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, em sua sede de Fortaleza e dá outras providências;

f) Matriz Curricular Nacional (2014), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) - Voltada para as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública;

g) Decreto Estadual Nº 34.768/2016 – Aprova o regulamento da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (AESP|CE);

h) Portaria Nº 280/2016-DG/Aesp|CE – Regulamenta o processo de pagamento de horas-aula para a atividade educacional de professor, instrutor, coordenador, monitor, tutor e conteudista, mediante Gratificação de Atividade de Magistério (Gama) e estabelece demais critérios relativos à matéria;

i) Instrução Normativa Nº 01/2024-DG/AESP/CE - Aprova o Regime Acadêmico da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE);

j) Resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE/CE) Nº 470/2018 - Estabelece normas para o credenciamento de Escolas de Governo, criadas, mantidas ou incorporadas pelo Poder Público, integrantes do Sistema de Ensino do estado do Ceará, para oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, e dá outras providências;

k) Parecer do Conselho Estadual de Educação (CEE/CE) Nº 076/2018 - Prorroga o prazo de vigência do Parecer Nº 1757/2013, que credencia a Aesp|CE para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, na sua sede em Fortaleza, até 31 de julho de 2019;

l) Decreto Nº 32.956/2019 - Altera a estrutura organizacional e dispõe sobre a distribuição e a denominação dos cargos de provimentos em comissão da Aesp|CE;

m) Parecer do Conselho Estadual de Educação (CEE/CE) Nº 0483/2019 - Recredencia a Aesp|CE, para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, na área de Segurança Pública, Defesa Civil, Cidadania e Direitos Fundamentais da Pessoa Humana, na sua sede em Fortaleza, sem interrupção, até 31 de dezembro de 2024;

n) Decreto Nº 33.438/2020 - Aprova o regulamento da Aesp|CE;

6. MATRIZ CURRICULAR

O Curso de Especialização em Gestão para Resultados no Âmbito da Segurança Pública possui uma carga horária total de 408 horas, distribuída em componentes curriculares de caráter obrigatório, compostos por disciplinas e atividades complementares teóricas e práticas, estruturadas consoante a matriz curricular abaixo delineada.

Serão destinadas 40 horas-aula para a produção e apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), na modalidade monografia. O TCC deverá ser produzido no decorrer do curso, conforme o disposto no Plano de Ação Educacional (PAE) pertinente e no respectivo cronograma de atividades.

A orientação da produção e apresentação TCC será realizada por professores cadastrados no Banco de Talentos da Aesp|CE, integrantes do Sistema de Gestão Acadêmica da Aesp|CE e participantes dos cursos de pós-graduação lato sensu (corpo docente) da supracitada instituição de ensino.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA (CEGPR)						
MATRIZ CURRICULAR						
COMPONENTES CURRICULARES / CARGA HORÁRIA / DOCENTES / CRONOGRAMA*						
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS		CH	DOCENTE COM TITULAÇÃO	ENDEREÇO LATTES	PREVISÃO INÍCIO	PREVISÃO TÉRMINO
1	Metodologia da Pesquisa Científica	40h	Prof. Dr. Túlio Ítalo da Silva Oliveira	http://lattes.cnpq.br/2593940282781633	À definir em PAE	À definir em PAE
2	Governança, Planejamento Estratégico e Políticas de Segurança Pública	32h	Prof. Me. Antônio Walberto Gadelha	http://lattes.cnpq.br/8267921293996889	À definir em PAE	À definir em PAE
3	Gestão para Resultados com Foco na Segurança Pública	32h	Prof. Me. Everton Cabral Maciel	http://lattes.cnpq.br/2379903764643616	À definir em PAE	À definir em PAE
4	Planejamento Público	28h	Prof. Me. José Fábio Sousa Diogo	http://lattes.cnpq.br/1417334889132778	À definir em PAE	À definir em PAE
5	Gestão Orçamentária e Financeira	36h	Prof. Me. José Fábio Sousa Diogo	http://lattes.cnpq.br/1417334889132778	À definir em PAE	À definir em PAE
6	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	40h	Profa. Ma. Marília Rodrigues Firmiano	http://lattes.cnpq.br/0188190398489505	À definir em PAE	À definir em PAE
7	Estatística e Geoprocessamento na Segurança Pública	28h	Prof. Me. Franklin de Sousa Torres	http://lattes.cnpq.br/3269537484178625	À definir em PAE	À definir em PAE
8	Tecnologias Digitais, Inovação e Sistemas Informatizados Aplicados à Gestão da Segurança Pública	24h	Prof. Me. Franklin de Sousa Torres	http://lattes.cnpq.br/3269537484178625	À definir em PAE	À definir em PAE
9	Gestão por Processos na Segurança Pública	24h	Profa. Ma. Ivinna Nunes de Sousa	http://lattes.cnpq.br/9633402853871434	À definir em PAE	À definir em PAE
10	Cooperação Público-Privada	20h	Profa. Ma. Rejane Albuquerque Cavalcante	http://lattes.cnpq.br/7371631257475231	À definir em PAE	À definir em PAE
11	Gestão de Pessoas para Resultados	20h	Prof. Me. Nartan da Costa Andrade	http://lattes.cnpq.br/879549291971022	À definir em PAE	À definir em PAE
12	Transparência, Participação e Sistemas de Auditoria e Controle	20h	Prof. Dr. Paulo Roberto de Carvalho Nunes	http://lattes.cnpq.br/9728214526619758	À definir em PAE	À definir em PAE
13	Diretrizes Normalizadoras para a Produção de Trabalhos Científicos	16h	Profa. Dra. Cylviane Maria Cavalcante de Brito Pinheiro Freire	http://lattes.cnpq.br/3986070112555363	À definir em PAE	À definir em PAE
CARGA HORÁRIA TOTAL DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				360h/a		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC): MONOGRAFIA						
14	Produção e Apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso (Monografia)	40h	Professores do corpo docente dos cursos de pósgraduação da Aesp CE (a lista completa será disponibilizada pela Cepos/Aesp CE)	Período de orientação	À definir em PAE	À definir em PAE
				Período de apresentação do TCC	À definir em PAE	À definir em PAE
CARGA HORÁRIA TOTAL DA PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TCC				40h/a		
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (OBRIGATÓRIAS)						
15	Palestras e Seminário					
	Palestra Inaugural	2h	Prof. Me. Victor Hugo Medeiros Alencar	http://lattes.cnpq.br/0318135664014721	À definir em PAE	À definir em PAE
	Seminário Temático	4h	A definir		À definir em PAE	À definir em PAE
	Palestra Final de Conclusão do Curso	2h	A definir		À definir em PAE	À definir em PAE
CARGA HORÁRIA TOTAL DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES				08h/a		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO				408 h/a		

* Cronograma a ser definido no Plano de Ação Educacional (PAE) do curso.

NOTAS EXPLICATIVAS

I. Da orientação e coorientação dos trabalhos de conclusão de curso (TCC):

Para cada discente do CEGPR será designado um professor para orientar a produção e apresentação do TCC. A Célula de Pós-graduação (Cepos) disponibilizará aos discentes do referido curso, a lista com os nomes dos professores que poderão ser indicados para orientar os supracitados trabalhos monográficos. Não haverá coorientação neste curso.

7. SISTEMATIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

7.1. Metodologia de Ensino

O curso será realizado por meio de aulas teóricas e práticas com emprego de técnicas metodológicas que busquem imprimir uma nova dinâmica didático-pedagógica, adotando práticas norteadas pelas metodologias ativas, bem como pela educação disruptiva e pela aprendizagem adaptativa. Diante disso, sugere-se que sejam adotadas técnicas de ensino que proporcionem a participação ativa do discente, tais como:

a) Aulas expositivas e dialogadas; aulas demonstrativas e/ou práticas; resolução de problemas; simulação (role playing); estudo de casos; painéis de discussões; debates cruzados; seminários; sala de aula invertida; atividades gamificadas; storytelling (narrativa de histórias); palestras; visitas; etc. Intenta-se estimular a contextualização, interdisciplinaridade, transversalidade e questionamento da realidade posta e das ações dos agentes de segurança pública;

b) As aulas expositivas poderão contar com vários recursos didáticos, como dinâmicas, quadro branco, data show e outros, podendo ser apresentados vídeos abordando tema específico sobre a matéria apresentada, conforme o plano de aula respectivo;

c) Para as de ensino à distância (não presenciais) poderão ser adotadas, dentre outras metodologias, aulas expositivas e dialogadas, mediante o uso de ferramentas digitais, sendo imprescindível a utilização de dispositivo eletrônico conectado à internet, vez que parte das aulas serão online e acontecerão por meio da plataforma Google Meet (computador desktop, notebook, tablet ou celular);

d) Também poderão ser utilizadas ferramentas digitais disponíveis na plataforma e outros recursos interativos multimídias transmitidos via dispositivo eletrônico, como: slides; vídeos; podcasts; formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; softwares educacionais.

7.2 Sistema de avaliação e frequência

O rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo referente aos componentes curriculares e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem do curso, será avaliado a partir de critérios previamente estabelecidos neste Projeto Pedagógico e nos programas das disciplinas, bem como, no PAE, no RE da Aesp|CE e nos demais normativos pertinentes, sendo parte integrante da dinâmica educacional. A avaliação se desenvolverá durante todo o curso, consoante discriminado na tabela abaixo, permitindo o diagnóstico da “reflexão-ação-reflexão” atinente a construção conjunta do conhecimento, a ampliação de saberes, em suas diferentes vertentes, e o aprimoramento das competências cognitivas, operativas e atitudinais.

ORD	DISCIPLINA	AVALIAÇÃO
1	Metodologia da Pesquisa Científica	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
2	Governança, Planejamento Estratégico e Políticas de Segurança Pública	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
3	Gestão para Resultados com foco na Segurança Pública	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
4	Planejamento Público	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
5	Gestão Orçamentária e Financeira	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
6	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
7	Estatística e Geoprocessamento na Segurança Pública	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
8	Tecnologias Digitais, Inovação e Sistemas Informatizados aplicados à gestão da Segurança Pública	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
9	Gestão por Processos na Segurança Pública	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
10	Cooperação Público-Privada	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
11	Gestão de Pessoas para Resultados	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
12	Transparência, Participação e Sistemas de Auditoria e Controle	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
13	Diretrizes normalizadoras para a produção de trabalhos científicos	Nota mínima 7,0 (sete) e frequência mínima de 75%.
14	Produção e Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): artigo científico	Conceito satisfatório e participação.
15	Seminário e Palestras	Frequência mínima de 75% e participação.

7.3 Será considerado APROVADO o discente que:

a) Não tenha sido, por qualquer motivo, desligado;
b) Tenha percentual de frequência igual ou superior a 75% da carga horária de cada disciplina;
c) Tenha obtido, no mínimo, nota 7,0 (sete) em cada disciplina, bem como auferir o conceito satisfatório nos componentes curriculares Produção e Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso: monografia.

d) Tenha cumprido todas as formalidades necessárias para a certificação de conclusão do curso, inclusive, a entrega das mídias contendo a versão final do TCC, após a apresentação perante a banca examinadora e as correções necessárias solicitadas pela Cepos, consoante os regramentos legais dispostos pela Aesp|CE, pelo Conselho Estadual de Educação do Ceará, notadamente a Resolução Nº 470/2018 e demais normativas exaradas no Plano de Ação Educacional (PAE).

7.4 Será considerado REPROVADO o aluno que:

a) Ultrapassar o limite de faltas que, de acordo com a Instrução Normativa Nº 01/2024 – DG/AESP/CE (Regime Escolar da Aesp|CE), será de até 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária por componente curricular, ressalvadas as situações estabelecidas na referida instrução normativa e no PAE, frisando-se que, em virtude da especificidade do curso, serão aplicadas as regras dispostas nos parágrafos 5º e 6º, do art. 33, do RA, que tratam dos casos excepcionais quanto aos abonos de faltas;

b) Não auferir a nota mínima 7,0 (sete) em cada uma das disciplinas avaliadas e/ou não alcançar o conceito satisfatório no componente curricular Produção e Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso: monografia;

c) Não tenha cumprido todas as formalidades necessárias para a certificação de conclusão do curso, inclusive, a entrega das mídias contendo a versão final do TCC, após a apresentação perante a banca examinadora e as correções necessárias solicitadas pela Cepos, consoante os regramentos legais dispostos pela Aesp|CE, pelo Conselho Estadual de Educação do Ceará, notadamente a Resolução Nº 470/2018, bem como outras diretrizes especificadas em edital.

7.5 Será DESLIGADO do curso o aluno que:

- a) Matriculado, não se apresentar para o curso;
- b) Tiver deferido o pedido de desligamento;

- c) Sofrer qualquer tipo de lesão que o incapacite para as atividades do curso;
- d) Tiver contra si decisão motivada para seu desligamento, consoante procedimento onde se conceda a ampla defesa e o contraditório nos moldes aplicáveis a Aesp|CE;
- e) Falecer.

OBSERVAÇÕES:

- a) O discente poderá ser submetido a recuperação e/ou segunda chamada conforme as regras estabelecidas no Regime Escolar da Aesp|CE (RE);
- b) O acompanhamento da elaboração, aplicação e correção das avaliações e trabalhos científicos, ficará a encargo da Coape/Aesp|CE em conjunto com a Cepos/Aesp|CE;
- c) Para a classificação final do curso, o cálculo da média geral de cada discente será obtido a partir da média de cada componente curricular dividido pelo quantitativo de componentes curriculares, excluídos aqueles em que são atribuídos conceitos, bem como seminários, visitas e palestras;
- d) Se por ocasião do lançamento da média geral for constatada a existência de empate de notas, a classificação geral será definida com base nos critérios dispostos no Regime Escolar da AESP|CE (RA);
- e) Outras questões relacionadas ao referido curso que, porventura, surjam durante à sua execução e que não estejam expressamente previstas nos normativos pertinentes, serão submetidas à Direção-Geral da Aesp|CE para conhecimento, análise e ulterior deliberação.

7.6 Da produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e sua apresentação pública

Para o CEGPR será obrigatório a produção e apresentação pública de um TCC, na modalidade artigo científico, devendo o objeto de estudo ter pertinência temática com uma das seguintes áreas de conhecimento: Segurança Pública, Defesa Civil, Cidadania ou Direitos Fundamentais da Pessoa Humana. A pesquisa deverá ter natureza interventiva/propositiva.

A aprovação referente à produção do artigo e a sua respectiva apresentação perante uma banca examinadora é requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão para Resultados no Âmbito da Segurança Pública, conferido pela Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará aos concluintes do curso em questão.

A banca examinadora será composta por três membros, sob a presidência do professor orientador. Cada banca deverá ter dentre seus integrantes, pelo menos, um(a) professor(a) portador de título de mestre ou doutor (diploma registrado no MEC ou, se obtido em instituição estrangeira, devidamente reconhecido).

A sessão de orientação poderá ser realizada de modo presencial ou de forma remota (casos específicos no RE), conforme definido e agendado pelo orientador, o qual deverá registrar todos os encontros, discriminando: data; horário; link da plataforma (se a sessão for virtual); síntese dos encaminhamentos e outras informações necessárias. O orientador e o orientando deverão fazer o registro das orientações nos espaços específicos e reenviar o formulário para a Cepos.

Por ocasião da orientação do trabalho de conclusão de curso, o orientador deverá proceder não só a verificação do conteúdo e pertinência temática da área de conhecimento indicada, mas também a conferência da conformidade do trabalho com relação às regras metodológicas, parâmetros de formatação, percentual de similaridade textual com outras obras e demais instruções contidas neste guia.

Com efeito, cabe ao orientador conferir se o TCC está em consonância com as regras contidas nos instrumentos que regulamentam trabalhos acadêmicos dos cursos de pós-graduação lato sensu da Academia Estadual de Segurança Pública, sendo, portanto, de responsabilidade do orientador submeter a versão final do trabalho a programa antiplágio, com vistas a detectar o percentual de similaridade textual, o qual não poderá ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento).

Por fim, cabe igualmente ao orientador solicitar ao orientando que efetue as devidas inserções relativas às citações das fontes utilizadas (bibliográficas, documentais, imagens, gráficos, etc.) e respectivas referências das obras citadas, atentando-se para que o TCC não contenha índices de similaridade textual que configurem plágio ou impliquem em potencial conflito de propriedade intelectual, em virtude de ausência de citações.

7.6.1 Dos requisitos para a avaliação do TCC

Os critérios avaliativos dos trabalhos de conclusão de curso das especializações da Aesp|CE são balizados por aspectos centrados na análise da produção do trabalho escrito e da apresentação oral, norteados por três tópicos específicos, quais sejam: estrutura metodológica; apresentação escrita e apresentação oral. A aprovação ou reprovação do trabalho apresentado por cada discente será auferida a partir da média aritmética $((N1 + N2 + N3) / 3)$ proveniente das notas atribuídas pelos três membros da banca examinadora, cujo resultado conferirá ao expositor o conceito “satisfatório” ou “insatisfatório”. Cada avaliador emitirá nota individual em escala de 0 (zero) a 10,0 (dez), a qual só será considerada para fins de mensuração do conceito final: “satisfatório” ou “insatisfatório”.

O somatório das pontuações deverá obedecer aos limites máximos para contabilização da nota individual do expositor, guiados pela referida escala (zero a dez). O discente será considerado aprovado

se a sua pontuação for igual ou maior que 7,0 (sete), sendo-lhe conferido o conceito final “satisfatório”; e, no caso de pontuação menor que 7,0 (sete), “insatisfatório”, sendo, neste caso, considerado reprovado.

7.6.2 Da apresentação e do depósito do TCC

As sessões de apresentação dos trabalhos de conclusão de curso dos discentes das especializações da Aesp|CE serão organizadas pela Cepos. Todas as sessões serão públicas e as informações relativas às apresentações, como: datas, horários, composição das bancas, nomes dos discentes, títulos dos trabalhos, dentre outros serão divulgadas no site da Aesp|CE.

Após a apresentação dos trabalhos, o discente deverá proceder às correções sugeridas pelos membros da banca examinadora e entregar na Cepos (via ambiente virtual), dentro prazo estipulado, 02 (dois) exemplares da versão final do TCC, em formato PDF e Docx, acompanhado da respectiva declaração de revisão de correção ortográfica, gramatical e de ABNT, caso tenha a banca solicitado, com capa padrão (modelo a ser divulgado pela Cepos).

Caso o TCC apresentado pelo discente não esteja satisfatório para apresentação, este poderá, mediante requerimento próprio, obter a concessão de um prazo máximo de 60 dias corridos a contar da data de entrega do artigo, para o cumprimento das exigências da Banca Examinadora e apresentação.

7.7 Aproveitamento de componente curricular

No Curso de Especialização em Gestão para Resultados no Âmbito da Segurança Pública (CEGPR) não será permitido o aproveitamento de componentes curriculares cursados em outros cursos de pós-graduação.

7.8 Avaliação do curso e do corpo docente

O curso em referência e o seu respectivo corpo docente, neste compreendido: professores; monitor e coordenador, serão avaliados mediante instrumentos de aferição específicos, preferencialmente nos moldes da denominada avaliação de desempenho 360 (trezentos e sessenta) graus, em que cada sujeito envolvido nas ações educacionais, inclusive os discentes, participarão da avaliação, a qual consubstanciará aspectos pertinentes a atuação de cada um e do conjunto, permitindo que todos avaliem a si, mediante autoavaliação, e aos outros envolvidos no processo ensino e

aprendizagem, sendo verificado ainda a infraestrutura física e tecnológica da Aesp|CE, os componentes curriculares, os métodos didático-pedagógicos, bem como o desempenho do corpo docente e discente no cenário educacional.

Por meio desse processo avaliativo busca-se identificar a conjuntura socioeducacional da Academia, bem como as condições de sua infraestrutura, suporte educacional, serviços prestados e atividades pedagógicas desenvolvidas, a fim de identificar possíveis falhas no processo de ensino-aprendizagem ou fatores que podem ser aprimorados permitindo um fluxo contínuo de ajustes, potencialidades e melhorias da dinâmica do curso, a partir da análise dos indicadores encontrados.

Serão avaliados aspectos relativos ao desempenho do corpo docente, componentes curriculares, metodologias didático-pedagógicas empregadas, a dinâmica do processo ensino-aprendizagem, bem como a infraestrutura física, tecnológica e demais suportes oferecidos na extensão do curso.

8. EMENTÁRIO

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA - CEGPR	
Disciplina	Gestão para Resultados com foco na Segurança Pública
Carga horária	32 h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
Políticas Públicas Baseadas em Evidências. Paradigmas da Gestão Pública. Gestão Pública para Resultados. Cadeia de Valor para Resultados. Instrumentos de Planejamento Público. Monitoramento e Avaliação. Experiências Nacionais e Internacionais de Gestão para Resultados. Modelo de Gestão para Resultados do Ceará. Experiências Nacionais de Gestão para Resultados na Segurança Pública.	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender, reconhecer e aplicar os princípios, as diretrizes e as dimensões da Gestão para Resultados nos Órgãos de Segurança Pública. ESPECÍFICOS: Compreender os Princípios, as Diretrizes e as Dimensões da Nova Gestão Pública Compreender o Ciclo da Gestão Estratégica no Serviço Público. Compreender o Modelo de Gestão para Resultados do Ceará. Utilizar técnicas e procedimentos para elaboração e análise de indicadores associados aos objetivos da Política da Segurança Pública e aos resultados estratégicos da gestão. Formular a Cadeia de Valor para Resultados da área de atuação.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I Política e Políticas Públicas Baseada em Evidências; Nova Gestão Pública (Princípios e Diretrizes); Gestão para Resultados - Modelos Internacionais e Nacionais; Gestão para Resultados no Ceará. UNIDADE II Cadeia de Valor para Resultados; Indicadores e Metas; Instrumentos de Planejamento Público; Monitoramento e Avaliação. UNIDADE III Gestão para Resultados na Segurança Pública.	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de slides, vídeos, podcasts e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/data show, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	
RECURSOS DIDÁTICOS	
Quadro branco, pincel, lousa digital; Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de slides, vídeos, podcasts; Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);	

Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; softwares educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. Indicadores de programas: Guia Metodológico. Brasília : MP, 2010.

CERQUEIRA, Daniel. BUENO, Samira (Coord.). Atlas da Violência. IPEA, 2020.

JANNUZZI, Paulo de M. A Importância dos Indicadores na Elaboração de Diagnósticos para o Planejamento no Setor Público. Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas à Segurança Pública, 2011.

PINHEIRO, Maurício M. S. Políticas Públicas Baseadas em Evidências (PPBEs): delimitando o problema conceitual, 2020.

SHIKIDA, Cláudio D.; MONASTERIO, Leonardo; NERY, Pedro Fernando. Guia brasileiro de análise de dados: armadilhas & soluções. Brasília: Enap, 2021.

VIEIRA, Renato; PROTÁSIO, Gilberto Protásio. Gestão para Resultados na Segurança Pública em Minas Gerais: uma análise sobre o uso de indicadores na gestão da Polícia Militar e no Sistema de Defesa Social. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo Ano 5, Edição 8 Fev/Mar 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BANCO MUNDIAL. Brasil: Estratégias de Redução da Pobreza no Ceará. O Desafio da Modernização Incluyente. Documento do Banco Mundial. Departamento do Brasil. Região da América Latina e Caribe. abril, 2003.

BECHELAINE, Cinthia Helena de Oliveira; SILVEIRA, Mauro César da Silveira; NEVES, Camila Barbosa Neves. O modelo de gestão pública por resultados em Minas Gerais analisado à luz da experiência do Programa Estado para Resultados. Revista do Serviço Público. Brasília 63 (4): 455-473 out/dez 2012.

GOMES. Douglas Willyam Rodrigues; FROTA, Francisco Horacio da Silva. Gestão Pública por Resultados: uma análise crítica do Projeto de Reestruturação da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza. Conhecer: debate entre o público e o privado. v. 5, nº 15. 2015

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA - CEGPR	
Disciplina	Planejamento Público
Carga horária	28h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
Aspectos e conceitos gerais sobre planejamento Estratégico Governamental, abordagem das formulações de agendas estratégicas setoriais, bem como do planejamento de Investimentos e do Plano Plurianual Estadual, com ênfase na segurança pública. Identificação dos Programas e Projetos Governamentais e das diretrizes e estratégias governamentais. Aspectos da metodologia de diagnóstico setorial e da metodologia para elaboração de programas governamentais.	
OBJETIVOS	
GERAL: Identificar o aparato legal que norteia o planejamento público e instrumentos relacionados. ESPECÍFICOS: 1. Compreender o Plano Plurianual Estadual e o Planejamento Estratégico Governamental de curto, médio e longo prazos para a área da segurança pública; 2. Compreender os conceitos básicos relacionados ao Planejamento Regional e Territorial, com foco na segurança pública; 3. Aplicar metodologia de elaboração do PPA; Aplicar metodologia de diagnóstico setorial definida pelo governo; 4. Identificar as metodologias para elaboração de projetos governamentais alinhado ao Planejamento Estratégico Governamental; Compreender os conceitos e tipologias dos projetos governamentais;	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - O Plano Plurianual 1. O Plano Plurianual Estadual; 2. O Planejamento Estratégico Governamental de curto, médio e longo prazos; 3. Conceitos básicos relacionados ao Planejamento Regional e Territorial; 4. Diretrizes e Estratégias governamentais para o planejamento de políticas, programas e projetos. UNIDADE II – Metodologias 1. Principais metodologias de diagnóstico setorial; conceitos e a metodologia para elaboração de programas governamentais, com foco na segurança pública; 2. Metodologia de elaboração do Plano Plurianual Estadual, aplicação da metodologia de elaboração do PPA; do diagnóstico setorial definida pelo governo em geral e na área da segurança pública; 3. Utilização de técnicas e procedimentos para elaboração de indicadores e metas associados aos objetivos da Setorial e aos resultados estratégicos do governo, principalmente na esfera da segurança pública; 4. O alinhamento do Planejamento Estratégico Setorial com as estratégias de desenvolvimento de longo prazo do Governo do Estado, e perspectivas no âmbito da segurança pública. UNIDADE III - Técnicas e Procedimentos 1. Técnicas de comunicação, participação e mobilização social no processo do planejamento; 2. A construção do PPA de forma participativa e relevância para as propostas de segurança pública; 3. Definição de metas e indicadores de resultados para a implementação de programas governamentais em geral e na esfera da segurança pública; 4. O trabalho em equipe na construção do PPA.	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de slides, vídeos, podcasts e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/data show, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projektor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de slides, vídeos, podcasts;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; softwares educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: Elementos para ressignificar o debate e capacitar o estado, Texto para Discussão, No. 1584, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2011.

SOUZA, A. R. de. As trajetórias do planejamento governamental no Brasil: meio século de experiências na administração pública. Revista do Serviço Público, 55(4), p. 5-29, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v55i4.254>

GARCIA, Ronaldo Coutinho. PPA: o que não é e o que pode ser. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4281>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORRÊA, Isabela. Planejamento estratégico e gestão pública por resultados no processo de reforma administrativa do estado de Minas Gerais. Revista de Administração Pública. v. 41, n.3. Rio de Janeiro. maio/junho, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000300006>.

GARCIA, Ronaldo Coutinho; CARDOSO JR, José Celso. Pensamento Estratégico e Planejamento Governamental. Revista Política Social e Desenvolvimento. Ano 02, dezembro, 2014. Disponível em: <https://revistapoliticasoaldesenvolvimento.files.wordpress.com/2015/01/revista12.pdf>

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA - CEGPR	
Disciplina	Tecnologias Digitais, Inovação e Sistemas Informatizados aplicados à gestão da segurança Pública
Carga horária	24h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
Aspectos gerais e apresentação das modernas tecnologias e teorias aplicadas à investigação policial pelas polícias. Principais ferramentas de busca e pesquisa disponíveis aos órgãos e instituições de segurança pública. O agente de segurança pública perante distintos cenários e a utilização das ferramentas e a importância da integração dos órgãos de segurança pública. O desenvolvimento da visão sistêmica sobre os órgãos, instituições, profissionais, políticas e ações que tenham como destinatária a sociedade em geral. Aspectos sobre o Benchmarking de Inteligência e tecnologias de forças policiais do mundo. A atividade de Inteligência e a interação de operações e análise de inteligência no contexto atual. A contrainteligência por meio de sua aplicação prática ao sistema de inteligência e proteção nacional do conhecimento.	
OBJETIVOS	
GERAL: Conhecer as principais ferramentas e inovações tecnológicas utilizadas pela segurança pública e sua aplicação para obtenção de resultados eficientes na prevenção e combate à criminalidade. ESPECÍFICOS: 1. Compreender os diversos aspectos teórico-conceituais da análise criminal e os fundamentos científicos; 2. Compreender e realizar a leitura científica dos fatos; 3. A utilização das ferramentas e a eficiência da gestão de segurança pública	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - CONCEITOS E FUNDAMENTOS 1. Ciência, tecnologia e inovação no contexto do planejamento estratégico; 2. Evidência científica na segurança pública; 3. O conceito de aprendizado tecnológico – inteligência artificial; 4. Principais sistemas e softwares utilizados pela segurança pública UNIDADE II - ABORDAGEM, INTELIGÊNCIA E TECNOLOGIA 1. Abordagem sistêmica de segurança pública; 2. Benchmarking com outras forças policiais do mundo; 3. Conceitos básicos de inteligência e contrainteligência; 4. “Produção de conhecimentos” em inteligência a partir do uso da tecnologia UNIDADE III - FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS E INOVAÇÕES 1. Big data Cerebrum; 2. Sistema de videomonitoramento Inteligente Agilis; 3. Portal de Comando Avançado (PCA); 4. Outras ferramentas 5. Os resultados obtidos a partir da aplicação das tecnologias na esfera da segurança pública	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de slides, vídeos, podcasts e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/data show, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projektor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de slides, vídeos, podcasts;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; softwares educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALDAN, Édson Luis. Devida investigação legal como derivação do devido processo legal e como garantia fundamental do imputado. In: KHALED Jr., Salah (ccor). Sistema penal e poder punitivo: estudos em homenagem ao prof. Aury Lopes Jr. Florianópolis: Empório do Direito. 2015.

CARPENTIERI, José Rafael. Inteligência e direito: o caso do Sistema Brasileiro de Inteligência. 2016. 392 f. Tese (doutorado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

GRECO, Rogério. Atividade policial: aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais. 5. ed., rev. e atual. Niterói: Impetus, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NOVELLINO, Vicente Nicola. Cidadania e limites jurídicos da atividade de inteligência de Estado no Brasil. 2018. Dissertação (mestrado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

ROLIM, Marcos. A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, University of Oxford, 2009.

ZULAWSKI, David E.; Wicklander, Douglas E. Practical Aspects of Interview and Interrogation, CRC Press, 2001.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA - CEGPR	
Disciplina	Metodologia da Pesquisa Científica
Carga horária	40h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
Tipos de conhecimento. Ciência e senso comum. Método científico. Ciência e espírito científico. Introdução ao planejamento da pesquisa científica (finalidades, tipos, etapas, projeto e relatório). Orientação para apresentação pública de trabalhos de pesquisa. Introdução ao estudo da elaboração de monografias e textos científicos.	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender e aplicar os princípios da metodologia científica em situações de apreensão, produção e expressão do conhecimento. Supondo-se a partir deste possa contribuir no processo de adaptação do discente, integrando-o à Academia, minimizando suas possíveis dificuldades e apreensões quanto à forma de trabalhar cientificamente. ESPECÍFICOS: 1. Identificar a metodologia de pesquisa; 2. Conhecer as áreas de Pesquisa do Curso; 3. Utilizar as normas científicas para apresentar trabalhos e textos acadêmicos; 4. Compreender os princípios de Metodologia Científica.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - Metodologia da Pesquisa Científica 1. Apresentação da disciplina e informações gerais; 2. A atitude científica - Fontes de informação disponíveis (acervo bibliográfico e rede/Internet). UNIDADE II - O conhecimento científico 3. O Método científico; 4. A ciência e o espírito científico; 5. A finalidade do trabalho Acadêmico. UNIDADE III - Ciência e senso comum 1. A Ciência; 2. O espírito científico; 3. Introdução ao estudo da elaboração de textos científicos; 4. Métodos científicos; 5. Técnicas; 6. Senso crítico. UNIDADE IV - Organização e modalidade de trabalhos acadêmicos 1. Organização do trabalho acadêmico; 2. Estrutura; 3. Apresentação; 4. Referências. UNIDADE V - Métodos científicos 1. Tipo e Classificação de pesquisa; 2. Os métodos; 3. As técnicas predominantes. UNIDADE VI - Estrutura do projeto de pesquisa e do TCC 1. Artigos; 2. Introdução; 3. Objetivos; 4. Justificativa; 5. Base teórica; 6. Metodologia; 7. Análise dos dados, conclusão e referências.	

UNIDADE VII - Aspectos gerais do TCC 1.Noções de seminário; 2.Itens obrigatórios; 3.Sugestões de elaboração. UNIDADE VIII - Requisitos e formato dos trabalhos acadêmicos 1.O trabalho acadêmico, formato, exigências.
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de slides, vídeos, podcasts e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/data show, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.
RECURSOS DIDÁTICOS Quadro branco, pincel, lousa digital; Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de slides, vídeos, podcasts; Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular); Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; softwares educacionais.
AValiação DA APRENDIZAGEM A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios: Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00); Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00); Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$); Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BEUREN, I. S. Como elaborar trabalhos monográficos: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2015. FOUREAUX, R. Segurança Pública.1. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2019. LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. OLIVEIRA NETTO, A. A. Metodologia da pesquisa científica: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos. 3. ed. Florianópolis, 2010. REIS, A. B. Metodologia Científica em Perícia Criminal. 3. ed. São Paulo: Millennium Editora, 2016.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 7 p. 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 15 p. 2011. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação: Referências. Rio de Janeiro, 24 p. 2018.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA - CEGPR	
Disciplina	Governança, planejamento Estratégico e políticas de Segurança Pública
Carga horária	32h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
Aspectos gerais e conceituais sobre o Planejamento Estratégico. Os tipos de planejamento. O processo de Planejamento Estratégico voltado para a segurança pública. Principais instrumentos utilizados no Planejamento Estratégico. A formulação da estratégia em segurança pública. Implementação da Estratégia por meio da execução do Plano Estratégico. Controle e Avaliação do Plano Estratégico com estudo dos indicadores de desempenho. O processo de tomada de decisão na segurança pública.	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender a importância do Planejamento Estratégico e o processo de tomada de decisão como instrumento de eficiência administrativa para o alcance de objetivos e metas nas instituições de Segurança Pública. ESPECÍFICOS: 1. Promover a compreensão sobre o processo de planejamento estratégico e sua importância para a segurança pública do Estado e suas instituições vinculadas. 2. Apresentar ferramentas para desenvolver, implementar e gerenciar estratégias na área da segurança pública. 3. Elaborar um Plano Estratégico de acordo com as diretrizes da Segurança Pública nacional e estadual para implantação em uma organização objetivando uma maior eficácia, eficiência e efetividade nas suas ações (maximizar os resultados e minimizar as deficiências). 4. Entender o processo de tomada de decisão no âmbito da segurança pública no Estado do Ceará.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I – Estratégia: uma visão geral 1.1 Conceito de Planejamento Estratégico; 1.2 Origem do Termo “Estratégia”; 1.3 Um pouco de história; 1.4 Importância do Planejamento Estratégico; 1.5 Questões fundamentais; 1.6 Princípios do Planejamento Estratégico; 1.7 Tipos de Planejamento; 1.8 O Planejamento Estratégico faz parte do Processo Administrativo; 1.9 O Planejamento Estratégico é um processo; 1.10 Partes interessadas – “Stakeholders”. UNIDADE II – O Processo de Planejamento Estratégico 2.1 Entendendo o Processo de Planejamento Estratégico; 2.2 Identidade organizacional; - Definição de valores; - Definição do “negócio” da organização; - Definição da missão; - Definição da visão; 2.3 Análise do Ambiente Organizacional; - Técnica de estudo de cenários (Matriz SWOT); - Análises situacionais; 2.4 Formulação de Estratégias (Balanced Scorecard – BSC); - Definição de Eixos, Temas e Objetivos Estratégicos; - Definindo projetos estratégicos; - Definindo indicadores estratégicos; - Criando o Mapa Estratégico; 2.5 Implementar as estratégias (programas, projetos, ações); 2.6 Controle e avaliação do Plano Estratégico (avaliação de desempenho, estudo dos indicadores); 2.7 Reavaliação do Plano Estratégico; 2.8 Riscos do Plano Estratégico.	

UNIDADE III – O Planejamento Estratégico em Segurança Pública

3.1 Visão do Plano Plurianual (PPA) do Estado do Ceará como Plano Estratégico de Governo;

3.2 Aspectos do PPA relacionados à Segurança Pública;

3.3 Planejamento Estratégico nas Instituições de Segurança Pública - peculiaridades;

3.4 Plano Estratégico em Segurança Pública – um modelo.

UNIDADE IV - Plano Estratégico

- Elaboração e apresentação de um Plano Estratégico de acordo com as diretrizes da Segurança Pública nacional e estadual para implantação em uma instituição vinculada à Segurança Pública e Defesa Social do Ceará.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de slides, vídeos, podcasts e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/data show, caixa de som e outras ferramentas digitais;

Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);

Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;

Estudo de casos e resolução de problemas;

Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;

Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;

Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de slides, vídeos, podcasts;

Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);

Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; softwares educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAZERMAN, Max. Processo Decisório. Tradução de Daniel Vieira. 8. ed. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: Max Bazerman-processo Decisório.pdf [k0pvpo86d101] (doku.pub). Acesso em 14 de Abril de 2021.

BRASIL, Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília. 2019.

CARDOSO, Regina Luna Santos. Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público: técnicas e ferramentas. São Paulo: FPFL- Cepam, 1999.

CEARÁ. Governo do Estado. Plano Plurianual – 2020-2023.

CEARÁ. Governo do Estado. Lei Orçamentária Anual – 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Adão. Planejamento Estratégico: Fundamentos e Implantação Estratégica. São Paulo: Campus, 2004.

FERRAZ, Eduardo. Gente de Resultados: manual prático para formar e liderar equipes enxutas de alta performance. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

FRANCIA, Gianluca. As sete etapas do processo de tomada de decisão. Disponível em: <https://br.psicologia-online.com/as-7-etapas-do-processo-de-tomada-de-decisao-598.html>. Acesso em 23/03/2021.

LEITE, Elias Bezerra. Líder de Resultado. São Paulo: Editora Gente, 2019.

MARCIAL, Elaine Coutinho e Raul José dos Santos Grumbach. Cenários prospectivos. Como construir um futuro melhor. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MATHIAS, Lucas. Descubra as 5 etapas do processo de tomada de decisão. Disponível em: <https://mindminers.com/blog/etapas-processo-tomada-decisao/>. Acesso em 23/03/2021.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. A Estratégia em ação – Balanced Score Card. São Paulo: Campus, 1997.

KARDEC. A.; FLORES, J. Gestão estratégica e indicadores de desempenho. Qualitymark, 2002.

KELLY, Keith. Técnicas para a tomada de decisão em equipe. São Paulo: Futura, 2000.

KIM, W.C.; MAUBORGNE, R. A estratégia do oceano azul. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – Secretaria de Gestão. Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização. Instrumento de avaliação da gestão pública – ciclo 2008-2009.

MINTZBERG, Henry. Safari de estratégias. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

MORITZ, Gilberto de Oliveira. Processo decisório. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC. 2012

PEREIRA, Carlos Alberto Borges. Resolução de problemas e tomada de decisão na segurança pública. Disponível em: <https://velhogeneral2018.files.wordpress.com/2020/12/resolucao-de-problemas-e-tomada-de-decisao-na-seguranca-publica.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

PORTER, Michael E. Estratégia competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

RENNÓ, Rodrigo. Processo decisório. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aMvX3vXQZbE>. Acesso em 26/03/2002.

SCHWARTZ, Peter. Cenários: as surpresas inevitáveis. Tradução de Maria Batista. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

TROSA, Sylvie. Gestão Pública por Resultado: quando o Estado se compromete. Tradução de Maria Luíza de Carvalho. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: ENAP, 2001.

TZU, Sun. A Arte da Guerra. Adaptação e prefácio de James Clavell; tradução de José Sanz. 27. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PORTER, Michael E. A vantagem competitiva das nações. Rio Janeiro: Campus, 1989.

SCHWARTZ, Peter. Cenários: as surpresas inevitáveis. Tradução de Maria Batista. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA - CEGPR	
Disciplina	Gestão Orçamentária e Financeira
Carga horária	36h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
Aspectos gerais e conceituais de orçamento público. As principais leis que regem a gestão orçamentária e financeira (Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA); Os sistemas corporativos informatizados de acompanhamento de convênios e contratos e os requisitos legais na execução da despesa. Alinhamento da execução financeira com a previsão orçamentária e as metodologias: da execução financeira conforme as estratégias governamentais previamente definidas, do monitoramento da execução financeira de projetos e atividades, para a elaboração da Programação Operativa Anual (POA); para a elaboração da Programação Operativa Anual Setorial e de alinhamento da Programação Operativa Anual Setorial. A Responsabilidade fiscal e financeira no planejamento público orçamentário.	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender o Sistema de Orçamento Estadual, consoante as legislações pertinentes (estaduais e federais) e aspectos relacionados à segurança pública. ESPECÍFICOS: 1. Compreender o Sistema de Controle Interno Estadual; 2. Compreender a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); 3. Identificar as orientações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) relacionadas a elaboração orçamento público; 4. Compreender os processos de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA); 5. Sistema Orçamentário Estadual e reconhecimento da importância do alinhamento da programação orçamentária com o planejamento; 6. Reconhecer a importância da aplicação da responsabilidade fiscal e financeira no planejamento público orçamentário; e da aplicação dos requisitos legais na execução da despesa, bem como, do alinhamento da execução financeira com a previsão orçamentária. 7. Compreender a metodologia de elaboração da Programação Operativa Anual (POA) e Identificar os sistemas informatizados de orçamento e de projetos governamentais; 8. Aplicar a metodologia de elaboração da Programação Orçamentária Anual Setorial; Aplicar a metodologia de elaboração da Programação Operativa Anual Setorial e sobre a importância do alinhamento da programação orçamentária com o planejamento; 9. Reconhecer a importância da aplicação da responsabilidade fiscal e financeira no planejamento público orçamentário. 10. Compreender o aparato legal que norteia a execução financeira dos projetos e como se aplica a metodologia da execução financeira conforme as estratégias governamentais previamente definidas e a de monitoramento da execução financeira de projetos em geral e na esfera da segurança pública.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - Orçamento Público 1. Conceitos, Princípios e Fundamentos; 2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) e construção desta; 3. Legislação que norteia a execução financeira dos projetos e das atividades; UNIDADE II - Instrumentos e Execução dos Planos 1. Os sistemas corporativos informatizados de acompanhamento de convênios e contratos; 2. Requisitos legais na execução da despesa; 3. Alinhamento da execução financeira com a previsão orçamentária e aspectos relacionados à segurança pública; UNIDADE III - Metodologias 1. Metodologia da execução financeira conforme as estratégias governamentais previamente definidas; 2. Metodologia de monitoramento da execução financeira de projetos e atividades. 3. Metodologia para a elaboração da Programação Operativa Anual (POA); 4. Metodologia para a elaboração da Programação Operativa Anual Setorial com ênfase na segurança pública;	

UNIDADE IV- Responsabilidade Fiscal e programação 1. Alinhamento da Programação Operativa Anual Setorial; 2. Responsabilidade fiscal e financeira no planejamento público orçamentário
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de slides, vídeos, podcasts e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/data show, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.
RECURSOS DIDÁTICOS Quadro branco, pincel, lousa digital; Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de slides, vídeos, podcasts; Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular); Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; softwares educacionais.
AValiação DA APRENDIZAGEM A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios: Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00); Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00); Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$); Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ABRAHAM, Marcus. Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada. Rio de Janeiro: Forense, 2017. GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2017. MATIAS-PEREIRA, José. Finanças públicas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. REIS, Heraldo da Costa; MACHADO JR, José Teixeira. A Lei 4.320 Comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Rio de Janeiro: IBAM, 2019. ROSEN, Harvey S. GAYER, Ted. Finanças Públicas. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm . Acesso em: 06 abr. 2021. BRASIL. Lei Nº 4320, de 14 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm . Acesso em: 06 abr. 2021. BRASIL. Lei Nº 8.443, de 16 de julho de 1992. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8443.htm . Acesso em: 09 abr. 2021. CEARÁ. [Constituição (1989)] Constituição do Estado do Ceará de 1989. Fortaleza: Assembleia Legislativa, 1989. Disponível em: https://www.al.ce.gov.br/index.php/atividades-legislativas/constituicao-do-estado-do-ceara . Acesso em: 05 abr. 2021. CEARÁ. Decreto Nº 33.267, de 13 de setembro de 2019. Aprova o regulamento da secretaria do planejamento e gestão (SEPLAG), e dá outras providências. Disponível em: https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/04/Decreto-33.267-2019.pdf . Acesso em: 19 abr. 2021. CEARÁ. Lei Nº 12.509, de 06 de dezembro de 1995. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado e dá outras

providências. Disponível em: https://www.tce.ce.gov.br/institucional/2012-09-06-14-01-12 . Acesso em: 09 abr. 2021. CEARÁ. Lei Nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o modelo de gestão do poder executivo, altera a estrutura da administração estadual. Disponível em: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2018/16710.htm . Acesso em: 16 abr. 2021	
--	--

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA - CEGPR	
Disciplina	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas
Carga horária	40h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
Apresentação das metodologias de monitoramento e avaliação de programas e projetos no âmbito da gestão pública, especificando os aspectos relevantes para a área da segurança pública. Os tipos e níveis de monitoramento e avaliação de políticas e projetos. A realização do monitoramento e avaliação de programas e projetos, sobretudo os voltados para a segurança pública. Discussão sobre a importância do monitoramento e da avaliação para a tomada de decisão e redesenho das políticas públicas, com foco na segurança pública. Aspectos sobre a introdução e importância da avaliação, como ocorreu a evolução da avaliação de Políticas Públicas e quais os critérios para a avaliação em geral e no âmbito da segurança pública;	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender as metodologias de monitoramento e avaliação de programas e projetos no âmbito da gestão pública com foco na Segurança Pública. ESPECÍFICOS: 1. Identificar os Tipos e Níveis de Monitoramento; 2. Definir os critérios para a Avaliação de programas e projetos, especialmente relacionados à segurança Pública; 3. Identificar os Tipos de Avaliação de programas e projetos; 4. Compreender os sistemas corporativos informatizados de monitoramento e avaliação; 5. Desenhar o Plano de Monitoramento e Avaliação de programas e projetos em geral e relativos a área da segurança pública; 6. Aplicar a Matriz de Marco Lógico; 7. Construir indicadores que traduzem resultados, sobretudo na área da segurança pública ; 8. Elaborar Metas para resultados e utilizar os sistemas informatizados; 9. Reconhecer a importância do monitoramento e da avaliação para a tomada de decisão e redesenho das políticas públicas em geral e no âmbito da segurança pública.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - Monitoramento e suas metodologias 1. Principais metodologias e aplicações na área da segurança pública; 2. Avaliação de programas e projetos no âmbito da gestão pública com ênfase na segurança pública. UNIDADE II - Tipos e níveis de monitoramento e avaliação de políticas e projetos 1. Tipos de monitoramento; 2. Níveis de monitoramento; 3. Avaliação de políticas e projetos no âmbito da gestão pública; 4. O monitoramento e a avaliação das políticas no âmbito da segurança pública. UNIDADE III - Tomada de decisão: importância do monitoramento e da avaliação 1. Tomada de decisão com base no monitoramento e na avaliação de políticas; 2. Tomada de decisão no âmbito da segurança pública respaldada no monitoramento e avaliação de políticas; 3. Redesenho das políticas públicas; 4. Redesenho das políticas públicas de segurança pública. UNIDADE IV - As avaliações 1. Introdução e importância da avaliação em geral e; 2. A evolução da avaliação de políticas públicas; 3. Os critérios para a Avaliação em geral e na área da segurança pública;	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de slides, vídeos, podcasts e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/data show, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);	

Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.
Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;
Estudo de casos e resolução de problemas;
Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;
Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projektor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de slides, vídeos, podcasts;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; softwares educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:
Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);
Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);
Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IPEA. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante, volume 1 / Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, 2018.
IPEA. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2 / Casa Civil da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília: Ipea, 2018.
JANNUZZI, Paulo de Martino. Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Alínea, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARNEIRO, Leandro Piquet. Violência Urbana, Segurança Pessoal e Criminalidade, in América Latina: desafios da democracia e do desenvolvimento – políticas sociais para além da crise, p.242-275. São Paulo: IFHC, 2009
PEREIRA, Carlos Alberto Borges. Resolução de Problemas e Tomada de Decisão na Segurança Pública. Disponível em: <https://velhogeneral2018.files.wordpress.com/2020/12/resolucao-de-problemas-e-tomada-de-decisao-na-seguranca-publica.pdf>. Acesso em 23/03/2021.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA - CEGPR	
Disciplina	Estatística e Geoprocessamento na Segurança Pública
Carga horária	28h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
Aspectos gerais da estatística e do geoprocessamento. Conceitos e fundamentos relacionados da estatística e do geoprocessamento. apresentar as interpretações das bases de dados em Sistemas de Informação Estatística e Geográfica. Conhecer os procedimentos e métodos estatísticos de análise de dados georreferenciados com foco nos estudos de criminalidade. Conhecer os procedimentos de interpretação e análise espacial de dados de criminalidade. Identificar o potencial das técnicas de Geoprocessamento para a representação de fenômenos e modelos ambientais relacionados a estudos de criminalidade. Instrumentalização de técnicas do Geoprocessamento, e conhecer as principais ferramentas que podem contribuir para o estudo da criminalidade.	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender os diversos aspectos teórico-conceituais relacionados à estatística e o geoprocessamento e sua aplicação para formulação de políticas e estratégias com foco na gestão para resultados na segurança pública ESPECÍFICOS: 1. Conhecer os conceitos de geoprocessamento e estatísticas; 2. Conhecer aspectos macros de inteligência artificial; 3. O estudo da criminalidade a partir dos dados geoprocessados e estatísticos; 4. Compreender e realizar a leitura científica dos fatos; 5. A utilização dos resultados estatísticos e de geoprocessamento para a eficiência da gestão de segurança pública	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - Conceitos e fundamentos 1. Ciência e inovação no contexto do planejamento estratégico no âmbito da segurança pública; 2. Procedimento e análise estatística; 3. Geoprocessamento e criminalidade; UNIDADE II - Leitura científica dos fatos 1. Introdução das teorias de segurança pública versus evidência científica; 2. Tratamento dos dados estatísticos e geoprocessados para aplicação nas estratégias de segurança pública 3. Exemplos de dados criminais a partir do geoprocessamento e da estatística UNIDADE III - Análise, resultados e aplicação 1. Formas de expressão e modelos de análise criminal 2. Transformação de dados em informações 3. Dados espaciais da violência e verificação de padrões criminais das evidências 4. Resultados e utilização dos dados para uma segurança pública eficiente	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de slides, vídeos, podcasts e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/data show, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;
Recursos interativos multimídia (projektor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de slides, vídeos, podcasts;
Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);
Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; softwares educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:
Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);
Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);
Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);
Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HILL, C; Griffiths, W.; JUDGE, G. Econometria. São Paulo: Saraiva, 1999.
HARRIES, Keith. Mapping crime: principle and practice. U.S Department of Justice, Washington, 1999.
BEATO, Cláudio e Assunção, Renato. Sistemas de informações georreferenciadas em segurança. Compreendendo e Avaliando Projetos de Segurança Pública. Belo Horizonte: Editora da UFGM, 2008.
BORDIN, Marcelo & Lima, Rodrigo. Mapeamento do crime e análise criminal: A Experiência do Estado do Paraná. Revista Geografica, n.10: UFES, 2012.
CORRAR, Luiz, PULO, Edilson, DIAS FILHO, José. Análise multivariada. São Paulo: Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÂMARA, C, & DAVIS, C. (1996). Fundamentos de geoprocessamento. Livro on-line: www.dpi.inpe.br
HARRIES, K. Mapeamento da criminalidade. Diane Pub Co (March 1999) Livro online: <http://www.crisp.ufmg.br/>
PAREDES, E. A, Sistema de informação geográfica: princípios e aplicações. São Paulo: Erica, 1994.
STAND, J., ESTES, J. Geographic information system: an introduction. New York: Prentice Hall, 1990.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA - CEGPR	
Disciplina	Gestão por processo na Segurança Pública
Carga horária	24h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
Conceitos e aspectos principais relativos à gestão de processo. Os processos e o alinhamento com as estratégias da gestão, como aplicar as técnicas de mapeamento e simplificação de processos críticos. Abordagem de como se utilizar as técnicas de elaboração de indicadores para monitoramento de processos. O Reconhecimento da importância da gestão de processos para a implementação do modelo de gestão para resultados em geral e no âmbito da segurança pública.	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender a gestão por processo aplicada no âmbito da segurança pública ESPECÍFICOS: 1. Identificar os conceitos relacionados à gestão de processos; 2. Alinhar os processos às estratégias da gestão; 3. Aplicar técnicas de mapeamento e simplificação de processos críticos; 4. Utilizar técnicas de elaboração de indicadores para monitoramento de processos; 5. Reconhecer a importância da gestão de processos para a implementação do modelo de gestão para resultados no âmbito da segurança pública.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - CONCEITOS E FUNDAMENTOS 1. Conceitos relacionados à gestão de processos; 2. Alinhamento com as estratégias de gestão; 3. Mapeamento de processos críticos. UNIDADE II - METODOLOGIA DE GESTÃO POR PROCESSOS 1. Principais metodologias aplicadas; 2. Indicadores e resultados. UNIDADE III - ARQUITETURA DE PROCESSOS 1. Gestão da rotina de processos; 2. Transformação de processos. 3. Importância do processo para a gestão para resultados no âmbito da segurança pública.	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de slides, vídeos, podcasts e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/data show, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	
RECURSOS DIDÁTICOS	
Quadro branco, pincel, lousa digital; Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de slides, vídeos, podcasts; Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular); Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; softwares educacionais.	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABPMP – Associação de Profissionais de Gerenciamento de Processos de Negócio. Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio – Corpo Comum de Conhecimento (BPM CBOK). Versão 3.0. 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão/MP. Indicadores Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/indicadores_orientacoes_basicas_aplicadas_a_gestao_publica.pdf.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. Guia de simplificação. Brasília : MPOG/SEGES, 2006. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/content/guia-d-simplifica%C3%A7%C3%A3o>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FALCONY, Vicente. Gerenciamento da Rotina do Trabalho do dia a dia. 8. ed. INDG 2004.

MINAS GERAIS. Guia para Gestão da Rotina de Processos no Governo de Minas Gerais. 2018. Disponível em: <http://www.ecp.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/225/2018/10/Guia-para-Gest%C3%A3o-da-Rotina-de-Processos-MG.pdf>.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA - CEGPR	
Disciplina	Gestão de Pessoas para Resultados
Carga horária	20h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
Aspectos gerais e conceituais dos processos de formação e transformação de equipes no contexto da Gestão para Resultados. O papel da liderança no modelo de Gestão para Resultados, as estratégias de comunicação institucional. A utilização das Ferramentas para a Gestão do Conhecimento e das ferramentas ágeis de gerenciamento para o trabalho em equipes. Aplicação da metodologia de elaboração do Plano de Comunicação com foco na implantação e disseminação da cultura de Gestão para Resultados.	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender a gestão e desenvolvimento de pessoas para resultados 1. Compreender a cultura no contexto das organizações pública, bem como, dos processos de formação e transformação de equipes no contexto da gestão para resultados; 2. Compreender o papel da liderança no modelo de Gestão para Resultados; 3. Identificar estratégias de comunicação institucional; 4. Compreender a Gestão do Conhecimento no Serviço Público; com foco na implantação e disseminação da cultura de Gestão para Resultados; 5. Identificar os elementos e características da Cultura Organizacional; 6. Identificar as influências do modelo de gestão sobre a cultura da organização; 7. Identificar os fluxos, as redes e os canais de comunicação da organização; 8. Reconhecer a importância da comunicação para a disseminação do modelo de gestão para resultados; 9. Aplicar a metodologia de elaboração do Plano de desenvolvimento de equipes com foco na implantação da gestão para resultados; 10. Reconhecer a importância do desenvolvimento de equipes e da gestão do conhecimento para a implementação do modelo gestão para resultados no âmbito da segurança pública. ESPECÍFICOS: 1. OS ELEMENTOS E CARACTERÍSTICAS DA CULTURA ORGANIZACIONAL; 2. CONHECIMENTO E COMUNICAÇÃO 3. EQUIPES E GESTÃO PARA RESULTADOS	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - OS ELEMENTOS E CARACTERÍSTICAS DA CULTURA ORGANIZACIONAL; 1. A cultura no contexto das organizações pública e os processos de formação e transformação de equipes no contexto da gestão para resultados; 2. Os elementos e características da cultura organizacional; 3. As influências do modelo de gestão sobre a cultura da organização; 4. Os limites e as possibilidades para a mudança cultural; UNIDADE II - CONHECIMENTO E COMUNICAÇÃO 1. Identificar estratégias de comunicação institucional; 2. Compreender a Gestão do conhecimento no Serviço Público; 3. Aplicar a metodologia de elaboração do Plano de gestão do conhecimento; 4. Aplicar a metodologia de elaboração do Plano de comunicação UNIDADE III - EQUIPES E GESTÃO PARA RESULTADOS 1. Aplicação da metodologia de elaboração do Plano de desenvolvimento de equipes com foco na implantação da gestão para resultados; 2. A importância do desenvolvimento de equipes e da gestão do conhecimento para a implementação do modelo gestão para resultados no âmbito da segurança pública.	

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de slides, vídeos, podcasts e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/data show, caixa de som e outras ferramentas digitais;

Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);

Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;

Estudo de casos e resolução de problemas;

Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;

Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;

Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de slides, vídeos, podcasts;

Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);

Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; softwares educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBIERI, U. F. Gestão de pessoas nas organizações: o talento humano na sociedade da informação. São Paulo: Atlas, 2014.

CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas : o novo papel da gestão do talento humano. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2020.

DUTRA, J. S. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBIERI, U. F. Gestão de pessoas nas organizações: o talento humano na sociedade da informação. São Paulo: Atlas, 2014.

CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas: o novo papel da gestão do talento humano. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

DUTRA, J. S. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2008.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA - CEGPR	
Disciplina	Cooperação Público-Privada
Carga horária	20h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
Aspectos históricos da Cooperação Público Privada, estudo das legislações específicas sobre a Parcerias público-privadas (PPP). As Concessões e contratos de gestão, os modelos de governança no Estado do Ceará e o papel dos contratos de gestão e das Organizações Sociais.	
OBJETIVOS	
GERAL: Conhecer sobre a cooperação público-privada no âmbito da segurança pública.	
ESPECÍFICOS: 1. Conhecer os contextos históricos da Cooperação Público Privada; 2. Conhecer as legislações específicas sobre a Parcerias público-privadas (PPP), Concessões e contratos de gestão; 3. Identificar os modelos de governança no Estado do Ceará; 4. Identificar o papel dos Contratos de Gestão e das Organizações Sociais; 5. A importância da cooperação público-privada na gestão para resultados no âmbito da segurança pública.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I - PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP) E CONCESSÕES: 1. Contextualização histórica sobre as Parcerias Público-privadas e Concessões; 2. Legislação específica sobre PPPs e Concessões; 3. Exemplos de contratos dessa modalidade (geral e no âmbito da segurança pública); 4. Modelo de Governança das Alianças no Ceará. UNIDADE II - CONTRATOS DE GESTÃO: 1. Contextualização histórica sobre os contratos em regime de cogestão; 2. Legislação específica sobre contratos dessa natureza; 3. Diferenças entre Contrato de gestão, Contrato Administrativo e Convênio; 4. Estrutura de contratos de gestão: atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da Organização Social (OS) e aspectos relevantes no âmbito da segurança pública; 5. A importância da cooperação público-privada na gestão para resultados no âmbito da segurança pública.	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de slides, vídeos, podcasts e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/data show, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	
RECURSOS DIDÁTICOS	
Quadro branco, pincel, lousa digital; Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de slides, vídeos, podcasts; Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular); Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; softwares educacionais.	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CALDAS, Rosirene Reggiori Pereira. Concessões e Parcerias Público-Privadas de Serviços Públicos: Uma análise da atuação das Agências Reguladoras e do Verificador Independente. Artigo (Master In Business Administration PPP e Concessões) - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.

JACKSON, Penny. Value for money and international development: Deconstructing myths to promote a more constructive discussion. OECD, may, 2012.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE - PMI. A guide to the project management body of knowledge – PMBOK Guide, Project Management Institute, 4 th ed., Newton Square, PA, 2008.

CARRERA, Mariana Baleeiro Martins. Estudo de Caso do Hospital do Subúrbio de Salvador - Bahia. 2012. Dissertação (Mestrado Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRILO, Leonardo M; ALVES, Rubens T. Análise do mérito de projetos de PPP no Brasil. 2012.

RIBEIRO, Maurício Portugal; PRADO, Lucas Navarro. Comentários à lei de PPP. Malheiros Editores, 2007.

SOUZA, Andre Azevedo ; LABANCA, Andrey Moraes; VASCONCELOS, Erick Brazil; CAPANEMA, Silvia Cunha. Pioneirismo em parcerias público-privadas: o modelo alternativo de atendimento ao cidadão no Governo de Minas Gerais, 2012.

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA - CEGPR	
Disciplina	Transparência, Participação e Sistemas de Auditoria e Controle
Carga horária	20h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
Contextualizar a função controle na administração pública, por meio de conceitos, técnicas e ferramentas de auditoria governamental, possibilitando uma visão sistêmica dos órgãos de controle, com ênfase nas ações executadas no Estado do Ceará. Aspectos gerais e conceituais da transparência e participação no controle da Administração Pública.	
OBJETIVOS	
GERAL: - Compreender os sistemas de controle, o sentido de transparência e participação, a partir dos conceitos legais e da realidade do Estado do Ceará. ESPECÍFICOS: - Discutir a teoria e a prática de governança na gestão pública, sob a ótica do controle. - Discutir a função controle na administração pública brasileira, sob as óticas legal, organizacional e forma de exercício. - Apresentar a função controle interno no Estado do Ceará. - Discutir o planejamento, a organização e a execução das atividades de auditoria interna na gestão pública. - Discutir a relação entre avaliação de resultados e atividades de auditoria interna. - Reconhecer a importância da democracia participativa e o papel da sociedade civil e valorização do controle social e dos Conselhos de Políticas Públicas. - Identificar as metodologias de Participação Cidadã. - Conhecer os conceitos de transparência no serviço público. - Conhecer a legislação de acesso à informação e aplicar as legislações referentes ao controle interno no Estado do Ceará.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Unidade I – Governança e Controles na Administração Pública - Governança na Gestão Pública - Teoria da agência na gestão pública - Governança na gestão pública - Evolução da gestão pública e relação com a governança - Governança na gestão pública - Governança na gestão pública segundo a International Federation of Accountants (IFAC) - A Função Controle na Administração Pública Brasileira - Previsões Legais para a Função Controle na Administração Pública Brasileira - A Organização do Controle Externo na Administração Pública Brasileira - Definições de Controle Interno e sua Inserção na Administração Pública Brasileira - A Função Controle no Estado do Ceará Unidade II – O Controle Interno no Estado do Ceará - Previsões Constitucionais e de legislação ordinária - Estratégia de atuação da CGE - A CGE no organograma do Poder Executivo - A CGE e o modelo de três linhas de defesa - A Atuação da CGE Unidade III – A Auditoria Interna na Gestão Pública - Auditoria – uma contextualização - Definição de auditoria - Classificação das atividades de auditoria - Processo de Auditoria - Planejamento global - A administração da área de auditoria - Execução de auditoria - Ordem de serviço de auditoria - Planejamento da auditoria - Programa (ou procedimentos) de auditoria	

- 3.4 Execução da auditoria
- 3.5 Comunicação do resultado da auditoria
- 4. Plano de ação e monitoramento

4.1 Plano de ação para sanar fragilidades

Unidade IV – Avaliação de Resultados e Auditoria Interna

- 1. Breve retorno aos paradigmas da Administração Pública
- 1.1 Contexto e Evolução Histórica da Administração Pública
- 2. Conectando a Gestão para Resultados com a Avaliação de Resultados
- 2.1 Um Modelo de GPR (IPECE, 2006)
- 3. Conectando a Avaliação de Resultados e o Controle Interno
- 3.1 Auditoria de Desempenho
- 3.1.1 Auditoria de Desempenho na CGE

Unidade V – Controle Social, Transparência e Acesso à Informação

- 1. Definições e práticas para o exercício do controle social (controle exercido pela sociedade)
- 2. A transparência enquanto princípio e correspondentes previsões legais
- 3. O acesso à informação previsto legalmente e o exercido na CGE

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de slides, vídeos, podcasts e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/data show, caixa de som e outras ferramentas digitais;

Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular);

Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes;

Estudo de casos e resolução de problemas;

Aulas práticas com a participação ativa dos discentes;

Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, lousa digital;

Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de slides, vídeos, podcasts;

Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular);

Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; softwares educacionais.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARZELAY, Michael. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (Org.). Instituições Centrais de Auditoria e Auditoria de Desempenho: uma análise comparativa das estratégias organizacionais na OCDE. In. O controle externo e a nova Administração pública: uma visão comparativa. Traduzido por Adriana Monteiro Vieira e Marcelo Barros Gomes. Brasília: TCU, 2002. p. 25 – 78.

DA ROSA, A. L. T.; HOLANDA, M. C.; MAIA JÚNIOR, F. Q. O marco lógico da gestão por resultados (GPR). In HOLANDA, M. C. (organizador). Ceará – a prática de uma Gestão Pública por Resultados. Fortaleza: IPECE, 2006.

NUNES, P.R.C. Práticas de auditoria de desempenho em órgãos estaduais brasileiros de controle interno – elementos para configuração de um modelo. 2006. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

NUNES, P. R. C.; LIMA, A. O.; OLIVEIRA, M. C. Evidências de Práticas de Governança em Sociedades de Economia Mista da Administração Pública do Estado do Ceará. XXXVI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro. 22 a 26/09/2012.

NUNES, P. R. C.; LIMA, A. O.; NOGUEIRA, F. L. B. M.; OLIVEIRA, M. C. Evidências de Práticas de Governança na Administração

Pública do Estado do Ceará. EnAPG - Encontro de Administração Pública e Governo. Salvador. 18 a 20/11/2012. ROSSETTI, J. P.; ANDRADE, A. Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014. SILVA, M. M. da. Curso de auditoria governamental: de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria Pública aprovadas pela INTOSAI. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2012. SILVEIRA, A. D. M. Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. _____. Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. SLOMSKI, Valmor. Controladoria e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2007. SLOMSKI, Valmor; MELLO, Gilmar Ribeiro de; TAVARES FILHO, Francisco; MACÊDO, Fabrício de Queiroz. Governança corporativa e governança da gestão pública. São Paulo: Atlas, 2008. TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2004.	
--	--

PLANO DE ENSINO DO COMPONENTE CURRICULAR	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA - CEGPR	
Disciplina	Diretrizes Normalizadoras para a Produção de Trabalhos Científicos
Carga horária	16h/a
Nome e titulação do docente	
Modalidade	Presencial
Ano de início do curso	
EMENTA	
Aspectos principais referentes aos Trabalhos Acadêmicos e Científicos dos Cursos de de pós-graduação lato sensu ofertados pela Academia Estadual de Segurança Pública (Aesp CE).	
OBJETIVOS	
GERAL: Compreender as normas básicas que regem a produção padronizada de trabalhos acadêmicos e científicos dos cursos de pós-graduação lato sensu ofertados pela Academia Estadual de Segurança Pública (Aesp CE) e entender os critérios de avaliação da apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). ESPECÍFICOS: 1. Conhecer as regras atinentes à estrutura, organização e formatação das principais produções acadêmicas, com vistas a uma padronização baseada nas Normas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); 2. Assimilar as normas da ABNT que deverão ser observadas por ocasião da construção do TCC, bem como do projeto de pesquisa; 3. Apreender os elementos textuais obrigatórios e opcionais do TCC, na modalidade Monografia.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Unidade I 1.Aspectos gerais dos trabalhos acadêmicos; 2.Distinção entre projeto de pesquisa e o trabalho acadêmico; 3. Aspectos similares e principais diferenças entre a monografia e o artigo científico; Unidade II 1.Estrutura e organização do TCC nas modalidades monografia e artigo científico segundo Guia de normalização e padronização da Aesp CE; Unidade III 1.Aspectos práticos da elaboração do TCC (formatação, produção do texto – linguagem do texto científico – e revisão do trabalho); Unidade IV 1. Aspectos da produção do TCC (forma e conteúdo) e seus reflexos na etapa de apresentação oral do trabalho.	
PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	
Aulas expositivas e dialogadas, desenvolvidas com o auxílio de slides, vídeos, podcasts e demais recursos interativos multimídia, transmitidos via projetor de imagens/data show, caixa de som e outras ferramentas digitais; Aulas demonstrativas e participativas por meio do uso de dispositivos eletrônicos (desktop, notebook, tablet ou celular); Questionamentos dirigidos; discussões abertas e debates cruzados; estudo de casos e resolução de problemas; dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes. Leitura dirigida e sala de aula invertida, com foco na participação ativa dos discentes; Estudo de casos e resolução de problemas; Aulas práticas com a participação ativa dos discentes; Dinâmicas de apresentação com o emprego de ferramentas digitais e participação ativa dos discentes.	
RECURSOS DIDÁTICOS	
Quadro branco, pincel, lousa digital; Recursos interativos multimídia (projetor de imagens/data show, caixa de som) para a apresentação de slides, vídeos, podcasts; Dispositivos eletrônicos conectados à internet (desktop, notebook, tablet ou celular); Formulários eletrônicos; aplicativos educacionais; softwares educacionais.	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada conforme os instrumentos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no Plano de Ação Educacional (PAE), da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp|CE), frisando-se que, o rendimento dos discentes quanto à apreensão do conteúdo e o respectivo aproveitamento relativo ao processo ensino e aprendizagem desta disciplina, será avaliado a partir dos seguintes critérios:

Teórico: formatação e padronização dos elementos obrigatórios do TCC, conforme as regras do Guia de Normalização (Nota da Avaliação 1: de 0 a 10,00);

Prático: Apresentação oral e simulação de banca examinadora (Nota da Avaliação 2: de 0 a 10,00);

Nota Final: mínimo 7,00 ($A1 + A2/2 = NF$);

Frequência mínima: 75% (Poderá ser atribuída pontuação extra relativa à participação do discente e/ou referente à elaboração de trabalhos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREIRE, Cylviane Maria Cavalcante de Brito Pinheiro; KARAM, Andrea Maria Sobreira; VERAS, Juliana França. Guia de normalização de trabalhos acadêmicos dos cursos de pós-graduação lato sensu da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – Aesp|CE, Fortaleza: 2020

KOLLER, Silvia H.; DE PAULA COUTO, Maria Clara P. ; HOHENDORFF, Jean Von (Org.) Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

PESSOA, Simone. Dissertação não é bicho-papão – desmitificando monografias, teses e escritos acadêmicos. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2009.